



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

1 Ata da 5ª Reunião da Câmara Técnica de Gestão da Região Hidrográfica do Uruguai –
2 CTU, realizada no dia sete de novembro de dois mil e treze, na URI – Santo Ângelo –
3 RS com início às dez horas. Membros presentes: Luiz Augusto Persigo, Comitê Ijuí;
4 Ivo Mello, Comitê Ibicuí – presidente; Adilson Steffen, Comitê Turvo – vice presidente;
5 Eldo Costa, Comitê Santa Maria; Vanderlei Decian, Comitê Apuaê-Inhandava; Aldo
6 Ghisolfi, Comitê Várzea,; Tiago Loch, SEMA. Demais participantes: Mariza Becker,
7 Comitê Ibicuí; Carmem Silva, CRH/SEMA; Zuleica Santos e Raquel Reisdorfer; Comitê
8 Ijuí; Maria Cristina Zanotto, Comitê Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo; Lenison Maroso,
9 Comitê Apuaê-Inhandava; Junior Piaia, DEFAP/SEMA; Roberto Macagnan, FRH/RS.
10 O presidente Ivo Mello abriu a reunião da CTU e colocou a palavra a disposição do Sr.
11 Piaia, diretor do DEFAP/SEMA presente a reunião: salientou da necessidade de
12 avançar em algumas questões na área ambiental como um todo no Estado. Colocou
13 que atua na área de Florestas e áreas protegidas, mas acompanha o sistema como
14 um todo no Estado e tem a convicção que o debate da questão ambiental,
15 particularmente no Brasil, tem tomado uma proporção muito grande, maior até do que
16 a capacidade do estado de dar respostas específicas às questões ambientais, que
17 estão intimamente ligadas com o processo de desenvolvimento. Existem reclamações
18 sobre atraso de licenças, estruturação de comitês, mas a Secretaria está fazendo
19 grandes esforços para avançar nessas áreas estruturais, nas políticas ambientais e
20 controle ambiental. Pela percepção que os Governantes começam a ter, seja de nível
21 municipal, estadual e federal, há um esforço conjunto e estão sendo criados
22 instrumentos para que haja mais agilidade nos processos, e dentro de poucos anos o
23 órgão ambiental estadual vai ser visto numa outra dimensão. Também desejou a todos
24 uma boa e produtiva reunião. Ivo Mello colocou que essa Câmara Técnica é composta
25 pelos Comitês da Região do Uruguai, frisou que o discurso do Diretor é muito bem
26 vindo e vem ao encontro da missão da CTU, na gestão dos recursos hídricos da
27 região. Roberto Macagnan: colocou que assumiu a Secretaria Executiva do FRH e
28 pretende desempenhar essa função com competência e ajuda de todos. Fez um breve
29 relato de sua trajetória profissional, como professor universitário e depois no Estado.
30 Falou que procurou estudar e se aprofundar nas questões da Secretaria, também
31 buscou ajuda na experiência dos que já trabalham com os recursos hídricos. Destacou
32 da importância do conhecimento e experiência da Secretaria Executiva Adjunta do
33 CRH, Carmem Silva, e do Diretor do DRH, Marco Mendonça, que muito contribuíram
34 para seu aprendizado na questão dos recursos hídricos. Salientou que o Governo do
35 Estado e a Secretaria deixaram a desejar, na questão do FRH, por ele ter ficado um
36 longo período sem Secretário Executivo. Falou da importância do Fundo pra gestão
37 dos recursos hídricos e da importância da aliança da sociedade civil, que faz o
38 processo da gestão dos recursos hídricos através dos comitês de bacia e o Estado,
39 que tem a importante função de regular. Reforçou a necessidade de qualificar os dois
40 lados, para que funcione da melhor maneira possível, pra com isso também melhorar
41 a gestão dos hídricos. Colocou que a secretaria passou por um período muito
42 complicado esse ano, mas que serviu para o estado dar mais atenção aos órgãos
43 ambientais. Ressaltou que estão investindo em material permanente para secretaria,
44 veículos, abertura de concurso para contratação de funcionários, valorização dos
45 funcionários, planos de bacia, novas regras para os convênios e outros projetos que
46 também são estratégicos para a gestão ambiental do estado. Salientou que o sistema
47 só funciona como um todo, quando os comitês funcionam na sua integralidade. Item
48 01 - Ivo Mello colocou em aprovação a ata da 4ª Reunião Ordinária da CTU. Eldo
49 Frantz pediu que se encaminhassem as atas aos integrantes da CTU com mais
50 antecedência. Item 02 – Encaminhamentos para continuidade do processo de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

51 formação do Comitê da Bacia do Uruguai após a reunião no ENCOB: Ivo Mello
52 explicou os comitês do Rio Grande do Sul aproveitaram o ENCOB e se reuniram com
53 o pessoal de Santa Catarina e da ANA, pra tratar sobre esse assunto. Colocou que o
54 processo está pronto, está nas mãos da Mariza Beck e do Tiago Loch para ser
55 encaminhado; e o pessoal de Santa Catarina também ficou de dar os
56 encaminhamentos necessários. Aldo Ghisolfi questionou se existe um modelo para a
57 carta de anuência. Ivo Mello colocou que sim e vai ser enviado aos comitês. Surgiu
58 uma sugestão no ENCOB que ao invés de ir de prefeitura em prefeitura conseguir as
59 assinaturas nas cartas de anuência, ir nas Associações para pegar a assinatura do
60 presidente, que representa todos os municípios. Carmem Silva e Luis Persigo
61 questionaram sobre os comitês que estão ausentes, se eles não conseguirem as
62 assinaturas necessárias prejudica o processo? Ivo Mello respondeu que pode
63 prejudicar sim e salientou que na última reunião em Santa Catarina, o Diretor Marco
64 Mendonça ficou de conversar com os comitês que estavam atrasados, mas já contam
65 com a manifestação positiva dos onze comitês. Adilson Steffen colocou que se houver
66 um esforço de todos os comitês conseguirão atingir as assinaturas necessárias. Eldo
67 Frantz salientou que as pessoas cobram muito do Governo que faça a sua parte, mas
68 cabe aos comitês fazer esse trabalho de divulgação e mobilização entre os municípios.
69 Mariza Beck colocou que no artigo nove, da proposta de instituição do comitê do
70 Uruguai diz que precisa ser subscrita por pelo menos três das seguintes categorias:
71 Secretários de Estado de dois terços dos Estados, pelo menos quarenta por cento dos
72 Municípios com territórios na bacia, entidades representativas de usuários legalmente
73 constituídas de pelo menos três dos usos, no mínimo cinco entidades, e entidades
74 civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia, com no mínimo dez
75 entidades. Ivo Mello frisou que a comunicação vai via CRH e CTU, com prazo até o dia
76 dez de dezembro. Ivo Mello colocou a solicitação do CRH, que os comitês enviassem
77 suas sugestões de pauta para as reuniões da Câmara Técnica do Uruguai. Luis
78 Persigo colocou que tem que ser revisto o real papel dos comitês a nível de estado, e
79 ressaltou que há pouco tempo a Câmara dos Deputados fez uma audiência Pública
80 sobre a pesca e os comitês não foram chamados. Adilson Steffen também frisou que
81 vai haver grandes empreendimentos, especialmente na calha do Uruguai, que vai ter
82 impacto sobre os comitês da região. Mariza lembrou que há tempos atrás os comitês
83 eram consultados quando se faziam planejamentos, mas eles não se achavam aptos a
84 opinar, por não terem seus planos de bacia. Mas agora que eles têm enquadramento e
85 planos de bacia, as consultas pararam de ser feitas. Adilson colocou o Comitê Turvo
86 aprovou que não fosse feito nenhum aterro sanitário dentro da calha do Rio Santo
87 Cristo, mas foi feito mesmo assim e isso está registrado em ata. Ivo Mello colocou que
88 os assuntos têm que ser discutidos dentro da CTU e depois levados ao CRH, esse é o
89 verdadeiro papel da CTU. Zuleica Santos fortaleceu a colocação do Adilson, tem
90 grandes projetos para a bacia do Uruguai, os comitês têm que participar dessas
91 discussões e até agora estão só como observadores, e essas questões de impacto na
92 bacia, teriam que ser discutidas na CTU. Eldo Frantz reforçou a sugestão do Luis
93 Persigo, os comitês têm que saber qual o seu real papel. Ivo Mello fez a leitura das
94 sugestões de pautas enviadas pelos comitês e informou que a Carmem vai enviar aos
95 comitês as sugestões da região do Uruguai, cada comitê vai apontar as que
96 considerarem mais importantes e depois devolver. Ficou marcada a data para a
97 assinatura dos prefeitos: dez de dezembro de dois mil e treze e dos diagnósticos:
98 quinze de janeiro de dois mil e quatorze. Instrução Normativa – Roberto Macagnan
99 colocou que a instrução normativa é um instrumento que foi construído recentemente
100 a partir de debates nos Comitês e dentro da Secretaria. Salientou que não participou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

101 dessa construção, mas se aprofundou e viu que existem alguns problemas e essa
102 reunião servirá para repassar a instrução, tentar sanar as dúvidas que surgirem, abrir
103 espaço para sugestões, para mais tarde fazer os ajustes necessários. Reafirmou que
104 essa Instrução Normativa vai reger os Planos de Trabalho para constituir convênios e
105 também para a prestação de contas. Falou que existem dificuldades nos trâmites dos
106 processos dentro do estado e do próprio planejamento, porque é um plano de trabalho
107 pra quatro anos, que tem que ter atividades e um cronograma físico que tem que ser
108 transformado em cronograma financeiro. Mas vão vencer essas dificuldades na
109 medida em que vão esclarecendo e melhorando a própria legislação. Fez uma
110 apresentação da Instrução Normativa aos presentes. Informou que os convênios
111 antigos são no valor de cinquenta mil reais e os novos já são no valor de cem mil
112 reais; com duração de quatro anos e ao final se faz um novo convênio. Roberto
113 Macagnan informou que após a publicação no Diário Oficial a Secretaria deposita os
114 recursos e os comitês podem usar. Mariza Beck disse que a súmula do Comitê Ijuí
115 foi publicada no dia vinte e dois de outubro, e desde o dia primeiro de janeiro foram
116 sessenta e seis tramitações do convênio. Voltou por vários motivos, mudança de
117 Secretário, de Secretário Executivo e outros motivos. Sugeriu que quando os
118 convênios ao chegarem no setor de convênios sejam desmembrados pra agilizar essa
119 tramitação interna. Roberto Macagnan colocou que estão reduzindo em muito esse
120 tempo que os convênios ficam em cada setor, só que vai depender também de como o
121 processo está instruído. Falou que vai consultar o jurídico sobre a possibilidade de
122 cada instância examinar o processo como um todo. Mariza Beck colocou que trocam
123 muito as pessoas nos departamentos que analisam e cada uma tem uma visão
124 diferente, muito pessoal. Raquel Reisdorfer que depois de nove meses o processo do
125 Ijuí foi aprovado. Durante esse tempo o convênio chegou a ficar três meses em cada
126 setor e quando ligavam a resposta era que iriam procurar pra ver onde estava. Eldo
127 Costa questionou se os setores têm prazo para dar o seu parecer. Roberto Macagnan
128 respondeu que em tese teria, mas não funciona. Colocou que essa problemática não é
129 nova no Estado e que o entender dessa gestão da secretaria é que os comitês têm um
130 papel estratégico e os convênios são fundamentais para que os comitês funcionem.
131 Afirmou que vão fazer de tudo, dentro do que a legislação permite e dentro da
132 estrutura que a Secretaria tem, pra agilizar ainda mais os convênios, e pediu aos
133 comitês que quando tiver algum convênio com problema de demora, contatem
134 diretamente com ele. Também se colocou a disposição dos comitês para ir até eles,
135 discutir e ver formas de melhorar esses processos. Adilson Steffen sugeriu que se
136 começasse o processo antes de findar o que está em andamento. Roberto Macagnan
137 achou a sugestão do Adilson Steffen excelente. Colocou que existe uma discussão e
138 uma grande vontade dentro da SEMA de fazer os convênios diretamente com os
139 Comitê, mas pra isso eles terão que ter personalidade jurídica. Com isso haverá uma
140 diminuição de oitenta por cento nos problemas de trâmites dos processos e se
141 precisar mais recursos para isso, o CRH tem poder para decidir e usar recursos do
142 FRH para esse fim. Luis Augusto Persigo coconfirmou que o comitê Ijuí também teve
143 muitos problemas com o seu convênio e agradeceu a Carmem do CRH e Júnior Piaia
144 que ajudaram no que lhes foi possível para agilizar esse processo. Saliou que a
145 sugestão do Roberto Macagnan é extremamente importante e vai facilitar em muito os
146 convênios. Zuleica Santos questionou sobre o tempo que o comitê tem para gastar os
147 recursos, porque no seu último ano de mandato no comitê, a Secretaria acionou o
148 comitê meses antes de completar um ano do convênio e tiveram de devolver uma
149 quantia muito grande de recursos. Roberto Macagnan colocou que vão consultar a
150 CAGE para que ela dê uma informação oficial sobre esse assunto e esse documento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

151 vai ser encaminhado aos comitês. Aldo Ghisolfi leu artigo 4º da Resolução 99 CRH –
152 “Se não forem cumpridos no mínimo 80% do orçamento proposto no plano de
153 trabalho, dentro do período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do repasse
154 dos recursos, a destinação de recursos financeiros para o exercício seguinte terá
155 como referencial o orçamento executado no exercício anterior, dentro da vigência do
156 convênio. Em situações excepcionais, estas, serão avaliadas de acordo com as
157 justificativas apresentadas”. Roberto Macagnan afirmou que essa é uma resolução do
158 CRH, pode ser analisada pela CTIJ e levada à plenária do CRH, que tem autonomia
159 para fazer as alterações necessárias. Eldo Frantz questionou sobre a vigência do
160 convênio, quando podem começar a usar os recursos, quando tem que prestar contas,
161 porque entre a publicação no Diário Oficial e a liberação do dinheiro muitas vezes
162 transcorre um tempo muito grande. Roberto Macagnan constatou que ainda resta um
163 questionamento em relação à prestação de contas, se é como referência o Diário
164 Oficial ou o depósito dos recursos. Eldo Costa questionou sobre a prestação de contas
165 anual. Roberto Macagnan salientou que o recebimento da prestação de contas do
166 primeiro ano habilita o depósito da segunda parcela, só a última prestação de contas
167 que é mais complicada, porque tem os pareceres; isso tudo está dentro da Instrução
168 Normativa. Destacou que vão procurar cumprir o prazo de quinze dias depois da
169 prestação para o depósito dos recursos. Fez uma apresentação da situação dos
170 comitês com relação aos convênios e o andamento dos planos de bacia. Apresentou a
171 Instrução Normativa. Aldo Ghisolfi e Luis Persigo questionaram sobre o que quer dizer
172 “a instituição dispor de condições para fazer os convênios de manutenção com os
173 comitês”. Roberto Macagnan salientou que tem que ser instituições sem fins lucrativos
174 que tenham condições jurídicas, conforme seu estatuto. Aldo Ghisolfi sugeriu que
175 fosse retirado o aceite da SEMA. Luis Persigo sugeriu que se retirasse a vinculação
176 com a prestação de contas anterior, que seja cem mil por ano como limite. Roberto
177 Macagnan concordou que a CTU leve esse assunto para a próxima reunião do CRH,
178 porque ele tem poder de tirar essa limitação. Também pediu que os comitês se
179 preparem, façam projetos, gastem esse dinheiro que é pra dar suporte aos comitês.
180 Roberto Macagnan colocou que o orçamento desse ano teve algumas dificuldades, até
181 pela ausência de uma Secretaria Executiva, mas que para o próximo vão se empenhar
182 pra que a CTPA funcione, que possam se antecipar e que os valores que a SEPLAG
183 colocar estejam de acordo com o que o CRH entender como a melhor forma de usar
184 os recursos. E que no futuro, os Comitês junto com o CRH, possam dizer que recursos
185 do FRH não são para obras, eles que procurem outras fontes. Mariza Beck colocou
186 que o formulário do Plano de Trabalho tem várias versões, observou que alguns
187 comitês receberam modelos diferentes. Roberto Macagnan fez a apresentação de um
188 modelo de Plano de Trabalho. Eldo Frantz colocou que as tarifas bancárias cabem ao
189 conveniente e não tem como estimar um valor. Sugeriu que o Estado fizesse um
190 acordo com o Barrisul, pra que esse tipo de convênio tivesse um valor estimado no
191 plano de trabalho para os quatro anos. Roberto Macagnan frisou que podem tentar
192 que o banco não cobre taxa dos comitês, já falou com o Antônio da CAGE sobre isso,
193 que disse existir um instrumento legal e ficou de ver se pode ser aplicado também aos
194 comitês, nesse caso seria a isenção. Se não conseguirem a isenção, podem prever
195 um valor a mais para essas taxas. Eldo Costa questionou sobre o papel do contador,
196 porque nos caso das universidades e associações de usuários quando convenia com
197 os comitês, o contador faz o seu trabalho sem cobrar nada, mas sabemos que pode
198 ter um ressarcimento. Nesse caso, como faria? A instituição cobraria diretamente?
199 Roberto Macagnan respondeu que essa questão ainda está em análise na CAGE.
200 Também levantou uma questão sobre o contador, como a instituição conveniente vai



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

201 pagar para si mesmo? Não existe espaço na legislação para isso, aqui se criou um
202 problema. O ideal seria que fosse uma contabilidade externa. Adilson Steffen sugeriu
203 que a Secretaria Executiva fosse ocupada por um alguém ocupante de um cargo de
204 confiança do estado. Carmem Silva colocou que isso já foi sugerido anteriormente e
205 não foi aceito pelos comitês. Também lembrou que o antigo Executivo do FRH, Marco
206 Corrêa sugeriu que fosse funcionário concursado do estado, os comitês também não
207 aceitaram na época. Lenison Maroso sugeriu que se estabeleça um percentual mínimo
208 a nível de prestação de contas para serviços contábeis. Roberto Macagnan afirmou
209 que isso já é possível, conforme a normativa em vigor, a entidade contrata os serviços
210 de um contador, paga e ele fornece recibo. Mas colocou que tudo tem se feito sempre
211 dentro da razoabilidade. Fez uma explanação de como fazer com os deslocamentos,
212 uso de carro, ônibus, prestação de contas das viagens. Lenison Maroso colocou que
213 fizeram um contrato de uso de veículos de terceiros, que foi aceito pelo DIFIN, pela
214 CAGE e está dando certo. Roberto Macagnan colocou que há um problema no texto
215 que fala sobre alimentação e estadia: as despesas com alimentação e estadia serão
216 custeadas pelos representantes dos comitês, que receberão diárias e ajudas de custo,
217 equivalentes aos servidores técnicos ambientais da SEMA. Salientou que o texto está
218 errado, o estado não pode pagar diária para quem não é servidor e o fato de não
219 poder pagar diária para distâncias inferiores a 50 km, já cria um problema para os
220 comitês. O texto vai ter que ser refeito para determinar um referencial máximo de
221 quanto o estado vai ressarcir por refeição e estadia, levando em conta também o local,
222 se dentro ou fora do estado. Os eventos que os comitês participarem têm que ter uma
223 ligação com a atuação deles, ser devidamente justificados com o convite do evento e
224 incluídos no plano de trabalho. Luis Persigo colocou que no plano de trabalho só podia
225 constar nas despesas de viagens o Presidente, Vice-Presidente e Secretário
226 Executivo. Roberto Macagnan esclareceu que agora podem ser três integrantes dentro
227 e dois fora do estado, por evento, e o comitê define quem vai participar. Ainda
228 salientou que vão melhorar o texto, no que se refere ao convite para os eventos,
229 lembrando que a idéia é que se vá a eventos que tem a ver com a atividade do comitê.
230 Vão tentar dar uma simplificada no texto que se refere à maneira de justificar essas
231 idas. Colocou que podem usar o folder do convite como justificativa, ele é genérico,
232 mas envolve o comitê. Na questão do Secretário Executivo, Roberto Macagnan frisou
233 que existem muitas disparidades com os salários dos mesmos. O salário é um
234 referencial, um valor máximo que o estado vai pagar, não que todos tenham que pagar
235 o mesmo valor, que é o do Técnico Científico Nível A, com quarenta horas semanais,
236 em torno de três mil reais, mais seus encargos. Luis Persigo questionou se houver
237 diferença entre o valor que for colocado no Plano de Trabalho para o salário que o
238 Secretário Executivo e o valor real que ele receber. Carmem Silva lembrou que agora
239 tem um fiscal que vai acompanhar os convênios e essas questões podem ser levadas
240 a ele. Zuleica Santos salientou que tem que se levar a sério essa independência dos
241 comitês e achar uma forma legal, para haver uma uniformidade e os comitês não
242 dependam da entidade conveniente para fazer a contratação do Secretário Executivo.
243 Roberto Macagnan destacou que muitas questões poderão ser resolvidas quando os
244 comitês tiverem personalidade jurídica, entre elas essa independência, e daí também
245 poderão ser investidos recursos do FRH pra equipar os comitês. Mariza Beck lembrou
246 que o valor do vencimento do Secretário Executivo vai ser fixo nos quatro anos do
247 convênio, não sofrendo nenhum reajuste. Roberto Macagnan esclareceu que pode ser
248 feito algum reajuste nesse vencimento, mas vai ser em detrimento de alguma outra
249 conta, porque o CRH aprovou um limite superior. Mas esse limite pode ser revisto no
250 CRH e pode ser móvel nos quatro anos, prevendo algum reajuste no período.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

251 Também aceitou a sugestão dos comitês de aumentar o prazo entre o encerramento
252 dos pagamentos e a prestação de contas, de trinta para sessenta dias. Destacou que
253 consta na Instrução Normativa, que a SEMA promoverá atividades anuais de
254 capacitação dos membros dos comitês de bacia, relativas a convênios de
255 manutenção. Mariza Beck pediu que fosse dada maior agilidade na análise dos termos
256 aditivos. Lenison Maroso colocou que também teve problemas com essa demora pelo
257 setor de convênios. Roberto Macagnan colocou que o setor de convênios está
258 fragilizado, mas a Secretaria está contratando pessoal para reforçar o setor. Também
259 falou da contratação do Diretor Administrativo Luis Rodrigo Goulart. Ivo Mello relatou
260 que a convite do Comitê Ijuí, palestrou em Panambi, forneceu nota das despesas para
261 o comitê e a CAGE não autorizou o pagamento. Luis Persigo informou que a CAGE
262 não autorizou o pagamento porque não estava no plano de trabalho do Comitê Ijuí.
263 Roberto Macagnan sugeriu que quando tiver esse tipo de problema, passem pra ele
264 que vai consultar diretor, o Antônio da CAGE. Presidente Ivo Mello abriu para assuntos
265 gerais: Ivo Mello colocou que através do plano de bacia, foi realizado um diagnóstico
266 das Unidades de Conservação, e o comitê queria ajudar o DEFAP com algumas
267 questões. Piaia sugeriu que assim que os comitês tiverem uma pauta em Porto Alegre,
268 avisem, para que se faça uma discussão com o chefe da DUC, e cada comitê coloque
269 um panorama das Unidades de Conservação nas suas regiões e o DEFAP também
270 coloque suas idéias em relação às mesmas. Ivo Mello colocou que isso pode ser feito
271 em uma reunião do Fórum Gaúcho de Comitês. Luis Persigo apontou que o turismo no
272 Parque Estadual do Turvo está sendo prejudicado por causa da abertura das
273 comportas acima do Parque, nos finais de semana, e sugeriu que isso fosse levado à
274 Câmara Técnica. Ivo Mello pediu que façam uma nota técnica e levem à Câmara
275 Técnica do Uruguai, por serem águas de domínio federal, isso dará mais força para
276 que se crie o Comitê Federal do Uruguai, que pode resolver essas questões. Ivo Mello
277 pediu que agilizem essa questão e se propôs a levar esse assunto à Câmara Técnica
278 Fronteiriça do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que vai se reunir em um mês.
279 Carmem Silva colocou que a participação do Estado nos comitês é muito pequena,
280 que a Secretaria de Obras só participa nos comitês que tem os territórios de irrigação.
281 Salientou que fez vários pedidos para outras Secretarias, mas não obteve retorno. A
282 Secretaria da Saúde fez todas as indicações, mas não tem participado. Salientou que
283 o Presidente do FGC, Daniel Schmitz, também fez um esforço nesse sentido, bem
284 como o Diretor Marco Mendonça, mas não está adiantando. Ivo Mello agradeceu a
285 participação de todos e encerrou a reunião.